



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
FEDERAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026**

**Objeto**

Aquisição, sob demanda, de uniformes sociais da Polícia Judicial.

**SRP?**

☐ Sim ☒ Não

**Valor máximo admitido: R\$  
677.860,37**

**Data: 22/05/2026 - 14:00h (horário de Brasília) no sítio**

<https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**Exclusiva ME/EPP?**

☒ Sim: grupo 2  
☐ Não: grupo 1

**Reserva de quota ME/EPP?**

☐ Sim ☒ Não

**Decreto 7.174/2010?**

☐ Sim ☒ Não

**Vistoria?**

☐ Obrigatória ☐ facultativa  
☒ Não se aplica

**Amostra/Demonstração?**

☒ Sim ☐ Não

**Margem de preferência?**

☐ Sim ☒ Não

As sessões públicas dos Pregões do STF podem ser acompanhadas no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "040001"**. O edital, anexos e outras informações estão disponíveis para *download* no Compras Governamentais e também no endereço [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br), Transparência e Prestação de Contas/Licitações. <https://portal.stf.jus.br/servicos/licitacao/listarEdital.asp>

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações.**

Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202.

Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.

Telefone: (61) 3217-3184 e-mail: [cpl@stf.jus.br](mailto:cpl@stf.jus.br)



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
Esplanada dos Ministérios - CEP 70175-900 - Brasília - DF - [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)  
Praça dos Três Poderes

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO N. 90008/2026

#### PREÂMBULO

O Supremo Tribunal Federal – STF torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 90008/2026, critério de julgamento menor preço, modo de disputa aberto e fechado, sendo o grupo 2 para participação exclusiva de Microempresa - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP para adquirir o objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no **Processo Administrativo Eletrônico n. 014684/2025**, será regida pela Lei n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelo Decreto n. 8.538/2015, pelas Instruções Normativas 01/2010 - SLTI/MPOG e 73/2022 – SEGES e pelas condições constantes neste Edital. A sessão será realizada em conformidade com este Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico na forma da convocação.

#### SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. Aquisição, sob demanda, de uniformes sociais da Polícia Judicial, conforme especificações e condições estabelecidas nos Anexos I e III deste Edital.
- 1.2. Havendo divergência entre a especificação do objeto constante do Portal de Compras do Governo Federal e a descrição deste Edital, prevalecerá a discriminada neste Edital.

#### SEÇÃO II – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da licitação correrá à conta de recursos consignados ao STF no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.061.0033.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal, na natureza de despesa 33.90.30 - Material de Consumo.

#### SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Não poderão participar desta licitação empresas ou pessoas físicas que:
  - a) não explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
  - b) se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participar em decorrência de sanções que lhes foram impostas;
  - c) estejam inscritas nos cadastros impeditivos da Controladoria Geral da União, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Contas da União;
  - d) não atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e não estejam devidamente credenciadas;
  - e) não possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

f) sejam autoras do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo;

g) isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo - ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

h) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

i) sejam controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e estejam concorrendo entre si;

j) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

k) sejam agentes públicos do órgão ou entidade licitante;

l) sejam organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; e

m) para o grupo 2 - empresas que não se enquadrem como Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte.

3.1.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133, de 2021.

3.2. Como requisito para participação, a licitante deverá assinalar, em campo próprio do sistema, “sim” ou “não” relativamente às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus Anexos bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

c) que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente;

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

h) que o objeto será fornecido por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.3. Para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015, necessária a posterior regularização fiscal e trabalhista, nas condições estabelecidas neste Edital, caso venha a formular lance vencedor.

3.3.1. Nos itens exclusivos para participação de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não”, quanto aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, impedirá o prosseguimento no certame.

3.4. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

3.5. Os documentos apresentados na licitação deverão estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

3.6. Quando se tratar de certidões em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data fixada para a abertura da sessão pública.

## SEÇÃO IV – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A participação ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente cadastramento da proposta de preços, observadas as condições definidas nesta Seção.

4.2. A proposta de preços, formulada de acordo com o Anexo I deste Edital e com as especificações detalhadas do objeto, na forma disposta neste Edital, deverá ser registrada até a data e a hora marcadas para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.3. A licitante deverá consignar, em campo adequado do sistema eletrônico, o **valor de cada item do grupo cotado**, já inclusos os tributos, os fretes, as tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação.

4.4. Os valores deverão ser calculados com 2 (duas) casas decimais.

4.5. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## **SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

5.1. No dia e na hora indicados, será aberta a sessão pública, no sistema de Compras Governamentais.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pelo Pregoeiro ou por sua desconexão.

## **SEÇÃO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO MODO DE DISPUTA**

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cujo modo de disputa será o aberto e fechado, e serão imediatamente informadas do recebimento e do respectivo horário de registro e valor, devendo observar o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, que deverá ser conforme o estipulado.

6.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, conforme as regras estabelecidas neste Edital; e

b) cada licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. O modo de disputa será aberto e fechado, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme critério de julgamento adotado neste Edital.

6.4. A etapa aberta de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

6.5. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.6. Findo o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.6.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.7. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.5 e 6.6, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem para a Administração.

6.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, os critérios de desempate seguirão a seguinte ordem:

6.8.1. Havendo a participação de Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, aplicam-se primeiro os critérios previsto neste Edital, para o caso.

6.8.2. Proceder-se-á a disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

6.8.3. Persistindo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público no sistema de Compras Governamentais, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.9. Durante a sessão pública deste Pregão, as empresas licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.10. Os lances levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade das empresas que os apresentaram, não lhes cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.11. Nessa fase, o lance poderá ser excluído pela licitante que o ofertou ou pelo Pregoeiro, nas condições previstas nos §§ 2º e 3º do art. 21 da Instrução Normativa n. 73/2022 - SEGES.

6.12. Na hipótese de o sistema eletrônico, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, desconectar-se para o órgão promotor da licitação e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.13. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão promotor da licitação, a sessão pública será suspensa, e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **SEÇÃO VII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE PARA O GRUPO 1**

7.1. Considerar-se-á empate quando Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte ofertar proposta igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar, desde que esta não tenha sido apresentada por Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

7.2. O sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem na situação prevista no item 7.1;
- b) convocação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea anterior para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar; e
- c) não sendo apresentada proposta pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na situação da alínea anterior, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista na situação do item 9.8, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, seguindo a ordem de classificação, a empresa que apresentou a proposta originalmente melhor classificada e que não se enquadra na condição de Micro Empresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

## **SEÇÃO VIII – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a empresa licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, proposta de preços ajustada ao menor lance final ofertado ou valor negociado, elaborada de acordo com este Edital e seus Anexos, assim como anexar os documentos complementares que sejam solicitados pelo Pregoeiro.

8.2. O prazo previsto no item 8.1 poderá ser prorrogado por solicitação da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro.

8.3 A Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

8.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.3.2. A negociação será conduzida pelo Pregoeiro e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.4. A empresa licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto ofertado, evitando a simples cópia do teor das especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

8.5. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa e formulada em conformidade com as condições deste Edital, e dela deverão constar:

- a) identificação da empresa licitante, assinatura do representante da proponente e referência a esta licitação;
- b) descrição clara do objeto cotado, com indicação de quantidade, marca e modelo, se for o caso, de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência incluindo conformidade com normas aplicáveis, materiais e acabamentos exigidos;
- c) documentação oficial do fabricante com especificação técnica detalhada, comprovando que os equipamentos constantes na proposta de preços atendem os requisitos técnicos exigidos no Anexo I deste Edital - Termo de Referência. Considera-se documentação oficial do fabricante:
  - c.1) catálogo, folder, certificado, manual ou outro documento técnico elaborado pelo fabricante que viabilize a análise das especificações do objeto ofertado;
  - c.2) o documento extraído de consulta realizada pela internet na página oficial do fabricante. Nesse caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante, com menção à página em que consta a informação apresentada;
- d) indicação única de preço para cada item que compõe o grupo cotado, com exibição do valor unitário e total com duas casas decimais, conforme o lance final respectivo;
- e) prazo de entrega, conforme estabelecido no item 3 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência;
- f) prazo de garantia conforme item 4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- g) declaração de que atenderá os requisitos de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante do Anexo II do Edital;

h) comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes;

h.1) Cadastro no FTE - Código 11-4 - Fabricação de calçados e componentes para calçados, para os itens 4, 6, 10 e 11 (cinto masculino, sapato masculino, sapato feminino e cinto feminino);

h.2) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo. Para que se possa realizar a consulta online do Certificado de Regularidade, a empresa deverá fornecer a razão social e o CNPJ de cada fabricante dos produtos da proposta, cuja atividade esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021.

8.6. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as empresas licitantes liberadas dos compromissos assumidos, sem prejuízo da eventual possibilidade de prorrogação do prazo de validade.

8.7. O preço proposto no lance final será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, os fretes, as tarifas e os demais encargos necessários à execução do objeto.

8.8. Finda a disputa, a aceitação será para a totalidade do grupo, não sendo possível aceitar parte do grupo, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

8.9. O Pregoeiro examinará a proposta ajustada ao menor lance quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

8.10. Será recusada a proposta de preços que apresentar valor unitário para o item cotado superior ao estabelecido no Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

8.11. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista na licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.12. A aferição da exequibilidade da proposta seguirá as regras definidas no art. 59 da Lei n. 14.133/2021.

8.13. Se a proposta não for aceitável ou se a empresa licitante deixar de enviá-la, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração daquela que atenda aos requisitos deste Edital.

## SEÇÃO IX – DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de julgamento da proposta, a empresa licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar em formato digital a documentação exigida, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

9.1.1 A Licitante poderá enviar a documentação de habilitação juntamente com a proposta.

9.2. O prazo previsto no item 9.1 poderá ser prorrogado por solicitação da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro.

9.3. A habilitação será verificada após o encerramento da fase de julgamento da proposta, quando serão avaliados, nos documentos anexados pela licitante, o que se segue:

9.3.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.2 Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021).

9.3.3. Os documentos relativos às habilitações Jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômico-Financeira poderão ser substituídos por consulta ao SICAF, se disponíveis.

### **9.3.3.1. Habilitação Jurídica:**

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, quando se tratar de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva; e

c) decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

### **9.3.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;

c) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### 9.3.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a.1) no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) comprovação da qualificação econômico-financeira mediante a verificação dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e de Liquidez Corrente, que deverão ser iguais ou superior a 1 (um);

b.1) caso a empresa apresente resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a licitante deverá comprovar, por meio de Balanço Patrimonial, possuir patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

b.2) é vedada a substituição do balanço patrimonial e demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 (três) meses, a contar da apresentação da proposta;

b.3) as empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência em questão mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

c) as Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte devem apresentar declaração dispondo que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

### 9.3.3.4. Qualificação Técnica:

a) **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado que comprove que a empresa forneceu, a contento, um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do número total dos itens 1, 2, 3, 4 e 6 do Grupo 1, bem como de cada um dos itens integrantes do Grupo 2, devendo o(s) documento(s) conter(em) o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o STF possa valer-se para manter contato com os declarantes;

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

*Justificativa:*

*A exigência de Atestado de Capacidade Técnica tem por finalidade resguardar a Administração Pública contra a contratação de empresa desprovida de aptidão técnico-operacional para a adequada execução do objeto, em observância ao dever de cautela administrativa e à proteção do interesse público. Nesse contexto, incumbe ao gestor adotar medidas razoáveis e proporcionais que assegurem a seleção de contratada tecnicamente idônea, mitigando riscos de inexecução contratual, execução deficiente ou fornecimento em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos.*

*Tal exigência permite à licitante demonstrar experiência prévia compatível com o objeto licitado, em nível de complexidade e escala adequados, contribuindo para a redução de riscos operacionais e para a prevenção de intercorrências na fase de execução contratual, garantindo maior eficiência, continuidade e qualidade no fornecimento pretendido.*

*Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é juridicamente admissível a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, desde que limitada às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto, conforme dispõe expressamente o § 1º do referido dispositivo. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de que tais exigências são legítimas, desde que proporcionais, justificadas e não restritivas à competitividade.*

*No caso concreto, a definição dos itens 1, 2, 3, 4 e 6 do Grupo 1 como referência para comprovação da capacidade técnica decorre de análise objetiva realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, considerando cumulativamente::*

*a) a representatividade financeira desses itens no grupo, os quais concentram parcela relevante do valor estimado da contratação, atendendo ao critério de “valor significativo” previsto no art. 67, § 1º;*

*b) a relevância funcional e operacional, uma vez que tais itens correspondem aos componentes essenciais do uniforme institucional (vestuário principal e calçados), diretamente relacionados à padronização visual, à durabilidade, à ergonomia e à adequação ao uso em atividades de segurança institucional;*

*c) o grau de complexidade técnica, considerando que envolvem especificações mais rigorosas de confecção, ajuste sob medida, resistência de materiais e conformidade com padrões institucionais, sendo, portanto, determinantes para o adequado desempenho do objeto contratual.*

*Ademais, a análise do mercado fornecedor demonstrou que as empresas que atuam no segmento de fornecimento de uniformes institucionais usualmente operam de forma integrada, fornecendo tanto peças de vestuário quanto calçados, não se verificando segmentação relevante que inviabilize ou restrinja a participação de licitantes em razão da exigência ora estabelecida. Essa constatação, inclusive, fundamentou tecnicamente o agrupamento dos itens em um mesmo grupo, sem prejuízo à competitividade.*

*Nesse sentido, a exigência de comprovação de experiência correspondente a até 50% do quantitativo dos itens selecionados revela-se proporcional e compatível com a realidade do mercado, especialmente considerando que:*

- o percentual de 50% encontra respaldo na prática administrativa e na jurisprudência do TCU como limite usualmente admitido;*
- a admissão de somatório de atestados mitiga eventuais restrições, ampliando a possibilidade de participação de licitantes;*
- a exigência recai apenas sobre os itens mais relevantes do grupo, e não sobre a integralidade do objeto.*



*Registre-se que a exigência não implica fornecimento simultâneo pretérito de todos os itens em um único contrato, admitindo-se a comprovação por meio de experiências distintas e complementares, desde que demonstrada a capacidade técnico-operacional global compatível com o objeto.*

*Ressalte-se, ainda, que contratações similares realizadas por outros órgãos do Poder Judiciário — como o Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho — adotam parâmetros equivalentes ou mais rigorosos, inclusive em quantitativos superiores, o que evidencia a aderência da presente modelagem às práticas consolidadas da Administração Pública.*

*Por fim, cumpre destacar que a presente exigência não tem caráter restritivo, mas sim preventivo e qualificatório, sendo instrumento legítimo de mitigação de riscos contratuais, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e da seleção da proposta mais vantajosa.*

a.1) será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

a.2) os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

a.3) o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4. Havendo a participação de consórcio de empresas, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Caso nos registros cadastrais conste documento vencido, a empresa licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, juntamente com a documentação de habilitação, no prazo definido no item 9.1 deste Edital, sob pena de inabilitação.

9.6. No curso do procedimento, em especial por ocasião do ato de julgamento da habilitação, caso conste documento referente à regularidade fiscal ou trabalhista vencido, será realizada nova consulta ao SICAF ou ao site pertinente, para atualização dos prazos de validade.

9.7. As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha restrição.

9.8. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas ou Empresas de Pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9. A prorrogação do prazo previsto no item anterior poderá ser concedida a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

9.10. A não regularização da documentação no prazo previsto neste Edital implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

9.11. A empresa licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

9.12. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor preço para o grupo cotado**, e atender às exigências fixadas neste Edital.

## **SEÇÃO X - DAS AMOSTRAS - APENAS PARA OS ITENS 1, 2 E 3 DO GRUPO 1, BEM COMO PARA OS ITENS 7 E 8 DO GRUPO 2**

10.1. A primeira colocada na fase de lances será convocada a apresentar amostra dos itens que compõe o grupo, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do Pregoeiro**, para avaliação técnica de compatibilidade da amostra com as especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

10.2. A amostra consistirá de, no mínimo, 1 (uma) unidade dos itens 1, 2 e 3 do grupo 1, e dos itens 7 e 8 do grupo 2.

10.3. As amostras poderão ser entregues no Gabinete da Secretaria de Polícia Judicial - SPJ - localizada no Anexo II - B - Igrejinha - Sala D-205, na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF , CEP: 70.175-900, Fone: (61) 3217-7994, E-mail: [gatec@stf.jus.br](mailto:gatec@stf.jus.br), no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

10.4. O prazo estabelecido refere-se ao prazo de entrega das amostras no STF e não à data de despacho/postagem.

10.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat ou, na falta deste, por mensagem eletrônica (e-mail), pelo interessado, antes de findo o prazo.

10.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

10.7. No momento da entrega da amostra será emitido o Termo de Recebimento de Amostra.

10.7.1. A amostra será avaliada quanto aos seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) gramatura, composição e toque do tecido;

b) estrutura do entrelaçamento e resistência do material;

c) transparência e solidez da cor;



- d) qualidade de aviamentos e acabamentos;
- e) caimento, modelagem e padronização do corte; e
- f) aspectos relacionados à ergonomia, conforto, rigidez, solado e estabilidade.

10.8. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir a amostra apresentada, mantidas a marca e as especificações originalmente propostas.

10.9. A amostra deverá estar devidamente embalada, lacrada e identificada com o número deste pregão, o número do item, o CNPJ e a firma, denominação social ou a razão social da licitante e o telefone para contato.

10.10. O Pregoeiro divulgará, nos sítios eletrônicos do Supremo Tribunal Federal e no Compras Governamentais, o recebimento da amostra, sendo facultado aos licitantes vistoriar as amostras apresentadas. A data e a hora serão agendadas durante o processo licitatório.

10.11. Caso a amostra da licitante da melhor proposta seja reprovada, a proposta será recusada e será convocada a licitante da segunda melhor proposta para apresentar sua amostra, e assim sucessivamente. A amostra apresentada será manuseada, ficando disponível para ser retirada pela licitante após a homologação da licitação. Se após a homologação da licitação a empresa não retirar a amostra reprovada no prazo de 30 (trinta) dias, poderá haver a doação do material, sem gerar direito de indenização à licitante.

10.12. A responsabilidade do STF por eventuais danos às amostras limita-se ao período compreendido entre a entrega/recebimento e o último dia fixado para sua retirada.

10.13. A amostra aprovada permanecerá em poder do STF até a entrega definitiva do respectivo item, com vistas a avaliar se o objeto entregue confere com o aprovado.

10.14. A amostra da licitante vencedora não será considerada para fins de recebimento.

10.15. As amostras serão analisadas com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do STF, segundo o critério de sua compatibilidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

10.16. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados, receber cortes ou vincos na avaliação.

10.17. Para fins de análise das amostras poderão ser utilizados instrumentos como: fita métrica, material comparativo, catálogos, lupa, e/ou consulta a especialistas, entre outros recursos tecnicamente viáveis e necessários.

#### ***Justificativa:***

*Considerando que o objeto envolve uniformes sociais confeccionados sob medida (paletós, camisas, gravatas/cintos e calçados), a mera verificação documental (catálogos, fotos, fichas técnicas e declarações) não é suficiente para assegurar, com razoável grau de segurança, a aderência do produto aos requisitos mínimos de qualidade, conforto, padronização institucional e durabilidade exigidos para uso funcional.*

*A exigência de amostras, em caráter excepcional e devidamente motivado, destina-se a reduzir risco de recebimento de itens incompatíveis com o padrão técnico definido no Termo de Referência, especialmente porque, em objetos têxteis e de vestuário, a conformidade depende de atributos perceptíveis e verificáveis apenas por inspeção física, tais como: gramatura, composição e toque do tecido, estrutura do entrelaçamento, transparência, solidez da cor, qualidade do aviamento, padrão e resistência das costuras, caimento/modelagem, acabamento, padronização do corte e, no caso de calçados, ergonomia, rigidez, solado e conforto.*

*Sob o aspecto jurídico, a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deve adotar medidas proporcionais e necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, bem como a adequação do objeto contratado às necessidades institucionais, observados os princípios da eficiência, da motivação, da proporcionalidade, da razoabilidade e da segurança jurídica. Nesse contexto, a exigência de amostras é juridicamente admissível quando configurada como instrumento técnico indispensável à aferição da conformidade do objeto, desde que observados critérios que preservem a competitividade do certame.*

*Nesse sentido, a exigência ora proposta atende cumulativamente aos seguintes pressupostos jurídicos e técnicos:*

- (i) necessidade, uma vez que a avaliação física é imprescindível para verificar o atendimento às especificações técnicas do objeto;*
- (ii) objetividade, pois os critérios de análise e aceitabilidade das amostras encontram-se previamente definidos de forma clara e mensurável no Termo de Referência; e*
- (iii) proporcionalidade, tendo em vista que a apresentação das amostras será exigida exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, por item ou lote, evitando ônus excessivo e indevido aos demais concorrentes.*

*O requisito da necessidade mostra-se ainda mais evidente diante da destinação dos uniformes aos Agentes de Polícia Judicial (APJ), que atuam diretamente no acompanhamento e na escolta dos Ministros em eventos oficiais, sessões solenes e compromissos de elevada relevância institucional.*

*Nessas ocasiões, a padronização, a apresentação funcional e a qualidade dos uniformes constituem elementos diretamente associados à imagem institucional do Tribunal, à segurança das autoridades e à adequada execução das atividades de polícia judicial.*

*Assim, a exigência de amostras, em caráter excepcional, técnico e motivado, revela-se medida necessária e adequada para assegurar que os itens fornecidos atendam integralmente às exigências funcionais, estéticas e institucionais da Administração.*

## **SEÇÃO XI – DOS RECURSOS**

- 11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido nas sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.
- 11.2.1. Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da licitante.
- 11.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **SEÇÃO XII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 12.2. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor adjudicação e homologação.

## **SEÇÃO XIII– DA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 13.1. Depois de homologado o resultado da licitação objeto deste Edital, o STF convocará a Adjudicatária, durante a validade da proposta, para assinatura, preferencialmente por meio eletrônico, do instrumento contratual, o que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei n. 14.133/2021.
- 13.2. Impreterivelmente, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação feita pelo STF, a empresa licitante vencedora deverá realizar o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do STF, no link [https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), mediante observância do disposto na Instrução Normativa STF 203/2015, para fins de assinatura do Contrato por meio eletrônico.
- 13.3. A assinatura do Contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa licitante vencedora.
- 13.4. A licitante vencedora deverá comprovar que não possui pendências registradas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), nos termos do artigo 6º da Lei nº 10.522/2002, com a redação dada pela Lei nº 14.973/2024. A ausência da comprovação poderá ensejar a convocação da próxima classificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.5. É facultado à Administração, quando a Adjudicatária não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

## **SEÇÃO XIV – DAS SANÇÕES**

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:
- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - c) não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
  - f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos Adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) multa;

b) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública; e

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Para as infrações previstas nas alíneas "a", "b" e "c" (item 14.1), a multa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do Contrato licitado.

14.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" (item 14.1), a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato licitado.

14.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" (item 14.1), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertence o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" (item 14.1), bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b" e "c" (item 14.1) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea "c" (item 14.1), caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, o qual deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. As comunicações referentes às penalidades poderão ocorrer por meio eletrônico, com aviso de recebimento e comprovante de abertura (R-mail).

## **SEÇÃO XV – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

- 15.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública desta licitação, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico [cpl@stf.jus.br](mailto:cpl@stf.jus.br).
- 15.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 15.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 15.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no endereço eletrônico [cpl@stf.jus.br](mailto:cpl@stf.jus.br).
- 15.5. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

**SEÇÃO XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 16.1. Este Edital está disponível aos interessados na internet, para download, nos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br).
- 16.2. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 16.3. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.
- 16.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e as demais informações relativas à sessão pública desta licitação constarão de Termo de Julgamento, gerado pelo sistema eletrônico.
- 16.5. Sem prejuízo das disposições contidas no Título III da Lei n. 14.133/2021, o presente Edital e a proposta da Adjudicatária serão partes integrantes do Contrato.
- 16.6. O Pregoeiro poderá, na fase de julgamento e da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 16.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 16.8. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 16.9. Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail, pelo Portal de Compras do Governo Federal ou por publicação, nos termos da legislação.
- 16.10. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

**ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição, sob demanda, de uniformes sociais da Polícia Judicial.

GRUPO	ITEM	UN	QTDE	CATMAT/ CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
1	1	Un	238	602211	BLAZER / PALETÓ MASCULINO, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES:	1.437,75	342.184,50

a) confeccionado em tecido plano tipo sarja, com composição aproximada de 65% poliéster e 35% lã, com gramatura entre 245 g/m<sup>2</sup> e 310 g/m<sup>2</sup>, ou equivalente, que assegure resistência, conforto térmico e adequada apresentação estética para uso institucional. Admite-se variação de até ±5% na composição;

b) frente:

b.1) fechamento frontal por 02 (dois) botões, com aproximadamente 20 mm de diâmetro, quatro furos, com casas no sentido horizontal;

b.2) gola, lapelas e bolsos externos com acabamento tipo alfaiataria, com pesponto decorativo, contendo caseado decorativo na lapela esquerda, bem como reforço estrutural sob a gola;

b.3) estrutura interna com ombreiras compatíveis com o modelo social, confeccionadas em material têxtil adequado (ex.: algodão e/ou poliéster), com correta formação da cabeça da manga.

c) bolso:

c.1) 01 (um) bolso externo superior, embutido, no lado esquerdo, com vista reta, largura aproximada de 2,5 cm e comprimento entre 10 e 11 cm;

c.2) 02 (dois) bolsos externos inferiores, embutidos, um de cada lado, com portinhola, medindo aproximadamente 5 a 6 cm de largura e 15 a 16 cm de comprimento, com reforço estrutural;

c.3) 02 (dois) bolsos internos superiores, embutidos, um em cada lado, com comprimento aproximado de 12 a 13 cm, sendo um deles com fechamento por botão;

c.4) 01 (um) bolso interno inferior, no lado esquerdo, destinado a óculos, com aproximadamente 10 cm de comprimento e 14 a 15 cm de profundidade;

c.5) parte interna totalmente forrada, com forro em tecido acetato ou material equivalente, na cor preta, com acabamento interno reforçado e costuras protegidas.

d) mangas: forradas, com punhos apresentando abertura decorativa, contendo 04 (quatro) botões com caseado decorativo;

e) traseiro: parte traseira forrada, com 01 (uma) abertura central, garantindo mobilidade e conforto.

f) acabamento: Botões confeccionados em material sintético resistente, compatíveis com a cor do tecido, com quatro furos, dimensões proporcionais ao modelo;

g) entretela: utilização de entretela colante adequada para reforço estrutural da peça, especialmente na região dos ombros e frente;

h) forro paletó: parte interna integralmente coberta com forro em tecido acetato ou equivalente, na cor preta;

i) etiquetas de marca, composição têxtil e instruções de lavagem, confeccionadas conforme normas do INMETRO.

**Observação: as cores serão definidas pelo STF, as quais poderão ser cinza escuro, azul marinho ou preta.**

**CALÇA SOCIAL MASCULINA, COM AS SEGUINTE**  
**ESPECIFICAÇÕES:**

a) confeccionada no mesmo tecido do paletó, garantindo padronização do conjunto.

b) cor idêntica à do paletó correspondente;

c) confeccionada conforme medidas individuais do usuário, assegurando adequado caimento e conforto;

d) modelo social:

d.1) corte reto, sem pregas;

d.2) pernas com forro parcial até a altura do joelho, em tecido 100% acetato ou equivalente, com 02 (dois) bolsos dianteiros tipo faca, com pesponto a 1 mm da beirada e forro também pespontado, acabamento em travete;

d.3) 02 (dois) bolsos traseiros com caseado na vertical, sem portinhola, cerzidos, 01 (um) pinchal em cada, fechamento por caseado e 01 (um) botão em cada bolso, forro pespontado em todo o contorno;

d.4) calça com fechamento 3 (três) pontos e 1 (um) botão reserva: sendo 1 (um) por gancho metálico, 1 (um) com extensão retangular com caseado de olho e preso por um botão, e 1 (um) interno com extensão em forma de bico com caseado de olho preso com 1 (um) botão;

d.5) cós com aproximadamente 40 mm de altura;

d.6) cós forro montado em 2 (duas) partes com fita de borracha no centro para segurar a camisa, oito passantes;

d.7) abertura frontal com zíper em poliéster antiferrugem, de deslizamento suave e durável.

e) aviamentos:

e.1) da cor do tecido;

e.2) linha de costura em 100% poliéster;

e.3) forro de bolso 55% poliéster e 45% algodão, na cor preta;

e.4) forro de cós 100% poliéster;

e.5) entretela de cós 100% poliéster;

e.6) 4 (quatro) botões em poliéster, tinto massa T-24 (quatro furos);

e.7) zíper de nylon 18 cm, trava automática;

e.8) zíper/gancho deverá ser de material resistente a ferrugem;

f) etiqueta de marca bordada; de composição e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO; e

g) o conjunto deverá ser acondicionado em capa protetora transparente, adequada ao transporte e armazenamento.

**Observação: as cores serão definidas pelo STF, as quais poderão ser cinza escuro, azul marinho ou preta.**





2	Un	475	452659	<p><b>CAMISA SOCIAL MASCULINA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) modelo social manga longa;</p> <p>b) confeccionada em tecido plano, com composição aproximada de 73% algodão e 27% poliéster, a cor definida pela Administração, com gramatura entre 195 g/m<sup>2</sup> e 225 g/m<sup>2</sup>, ou equivalente, que assegure conforto, durabilidade e boa apresentação. Admite-se variação de até ±5%</p> <p>c) colarinho social com base e reforço (entretela 100% algodão), pespontado, contendo barbatana removível com comprimento aproximado entre 5 cm e 6 cm;</p> <p>d) pala: traseira confeccionada em duas camadas (pala dupla), com aplicação de etiqueta de marca e indicação de tamanho;</p> <p>e) mangas longas com acabamento reforçado, contendo carcela dupla, com 01 (um) botão em cada manga; punhos simples, com altura aproximada entre 6,0 cm e 6,5 cm, pespontados e abotoáveis, contendo 02 (dois) botões em cada punho TAM-18 ou similar/superior, em tamanho compatível com o modelo;</p> <p>f) 1 (um) bolso frontal superior, com acabamento reforçado nos cantos. Bainha simples, modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços (mosqueados nos cantos, com aproximadamente 12 cm (largura) por 15 cm (altura);</p> <p>g) vista frontal interna virada, lisa, com largura aproximada entre 2,5 cm e 3,0 cm, com botão reserva aplicado na parte interna;</p>	238,93	113.491,75
---	----	-----	--------	--	--------	------------

h) fralda: recortada conforme as costuras laterais, totalmente embainhada, garantindo resistência e bom acabamento;

i) ombro: costura dos ombros embutida, com pesponto de reforço na extremidade.

j) costa: parte traseira com 02 (duas) pregas, uma de cada lado, para melhor mobilidade e conforto;

k) abertura: frontal (para vestir ou desvestir), abotoamento por 7 (sete) botões TAM-18 ou equivalente, na cor branco ou transparente. Ademais, deve-se incluir dois botões reservas, sendo 1 (um) no tamanho 18 e 1 (um) no tamanho 16 (dezesseis);

l) confeccionada conforme medidas individuais do usuário, respeitando o manequim correspondente;

m) aviamentos (botões, linhas e demais componentes) compatíveis com a cor do tecido, confeccionados em materiais resistentes e duráveis;

n) etiquetas de marca, composição têxtil e instruções de lavagem, em conformidade com as normas do INMETRO.

**Observação: as cores serão definidas pelo STE, as quais poderão ser branca, cinza clara ou azul.**



3	Un	238	297200	<p><b>GRAVATA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>Confeccionada em tecido tipo jacquard (1200 fios) ou equivalente, com padronagem e cor a serem definidas pela Administração, entretela grossa,</p>	101,89	24.249,82
---	----	-----	--------	--	--------	-----------

passante duplo (sendo: um passador do próprio tecido e uma etiqueta de marca bordada), forro liso ou trabalhado.

**Observação: as cores serão definidas pelo STF, as quais poderão ser escuras e lisas.**



4

Un

238

246671

**CINTO SOCIAL MASCULINO, COM AS SEGUINTE**  
**ESPECIFICAÇÕES:**

- a) fabricado em material 100% couro, dupla face, em couro box preto/café;
- b) largura de 3,5 cm, admitida variação técnica compatível com o modelo social, com no mínimo 6 (seis) furos, para ajuste adequado ao usuário;
- c) fivela grafite escovado com garra regulável giratória.
- d) acabamento de primeira qualidade, com atenção especial à regularidade da costura, resistência do material e durabilidade do conjunto;
- e) etiquetagem de composição, origem e instruções, conforme normas e regulamentos do INMETRO.



121,82

28.993,16

5	Par	475	463850	<p><b>MEIA SOCIAL MASCULINA, COM AS SEGUINTE</b> <b>ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) cor: preta;</p> <p>b) especificações técnicas do tecido: 83% algodão, 15% poliamida e 02% elastano;</p> <p>c) detalhes do modelo: cano longo.</p> 	35,96	17.081,00
6	Par	238	458144	<p><b>SAPATO SOCIAL MASCULINO, COM AS SEGUINTE</b> <b>ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) na cor preta;</p> <p>b) confeccionado em couro legítimo liso vacuum ou equivalente;</p> <p>c) modelo social clássico, tipo oxford ou equivalente, de amarrar com 5 (cinco) furos, cabedal em couro com a lateral com elástico;</p> <p>d) calcanheira forrada em couro legítimo ou material equivalente, com acolchoamento em material sintético (ex.: poliuretano ou similar), que favoreça conforto e absorção da umidade durante o uso;</p> <p>e) palmilha confeccionada em material sintético de boa densidade, não deformável, recoberta por tecido apropriado, com sistema de amortecimento frontal e traseiro, adequada para uso prolongado em posição ereta, contribuindo para conforto e prevenção de desconfortos plantares;</p> <p>f) colarinho com acolchoamento interno, garantindo melhor ajuste e conforto ao usuário;</p>	322,64	76.788,32

					<p>g) palmilha ou forro interno com tratamento antimicrobiano, ou tecnologia equivalente, que auxilie na redução de odores e proliferação de microrganismos;</p> <p>h) solado confeccionado em borracha ou material equivalente, antiderrapante, com sistema de absorção de impacto, frontal e no salto, com desempenho comprovado para redução de impacto durante a marcha, admitindo-se tecnologia equivalente, desde que atenda à mesma finalidade;</p> <p>i) embalado em caixa individual apropriada, contendo identificação do produto, com informações mínimas sobre materiais utilizados, numeração e procedência;</p> <p>j) o calçado deverá atender a normas técnicas nacionais aplicáveis ao calçado profissional/social, admitindo-se certificação emitida por entidade técnica reconhecida, como o IBTEC, ou outra certificação equivalente, que comprove requisitos mínimos de qualidade, conforto e resistência.</p>		
							
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O GRUPO 1							602.788,55
2	7	Un	34	602211	<p><b>BLAZER/PALETÓ FEMININO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) blazer feminino, estilo alfaiataria, com comprimento alongado e modelagem acinturada, adequado ao uso institucional;</p> <p>b) composição do tecido:</p> <p>b.1) confeccionado em tecido plano, com composição aproximada de 95% poliéster e 5% elastano, admitida variação de até ±5%, com largura compatível com o processo produtivo e gramatura aproximada de 365 g/m², ou equivalente, em cores escuras definidas pela Administração;</p>	1.167,12	39.682,08

b.2) confeccionado conforme medidas individuais do usuário, respeitando o manequim correspondente;

c) composição do forro:

c.1) forro confeccionado em tecido com composição aproximada de 94% poliéster e 6% elastano, ou material equivalente, na cor do tecido externo ou preta, assegurando conforto térmico e mobilidade;

d) características construtivas e acabamento:

d.1) blazer tipo alfaiataria, alongado e acinturado, com lapela triangular, forrada com o próprio tecido ou material equivalente;

d.2) abertura frontal com fechamento por 02 (dois) botões, com caseado horizontal estilo alfaiataria, proporcionando boa apresentação e ajuste adequado;

d.2) 4 (quatro) bolsos, sendo:

d.2.1) 02 (dois) bolsos externos inferiores, embutidos, com lapela, com dimensões aproximadas de 16 cm de profundidade e 12 cm de largura da abertura;

d.2.2) 02 (dois) bolsos internos superiores, embutidos, um de cada lado, com largura aproximada de 10 cm;

d.2.3) bolsos com costuras reforçadas, garantindo resistência e durabilidade;

d.3) mangas com punho abotoado, abertura sobreposta, contendo 03 (três) botões por manga, em cor compatível com o tecido, com caseado estilo alfaiataria;

d.4) parte traseira com fenda simples inferior, com comprimento aproximado entre 15 cm e 20 cm, favorecendo mobilidade;

d.5) aviamentos:

d.5.1) linha 100% poliéster ou equivalente;

d.5.2) entretela fusionável, 100% poliéster ou material compatível, adequada para estruturação da peça;

d.6) botões:

d.6.1) 10 (dez) botões na cor do tecido, sendo:

d.6.1.1) 7 (sete) com 1 a 1,5cm de diâmetro (6 para o punho e 1 reserva);

d.6.1.2) 3 (três) com aproximadamente 2 a 3 cm de diâmetro (2 para frente e 1 reserva);

d.7) forro: parte interna totalmente forrada, sendo 94% poliéster e 6% elastano, na cor do tecido ou preta;

d.8) etiquetas contendo informações sobre composição do tecido externo e do forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem, em conformidade com as normas e regulamentos do INMETRO, incluindo identificação de elementos estruturais quando aplicável.

**Observação: as cores serão definidas pelo STF**, as quais poderão ser cinza escuro, azul marinho ou preta.

**CALÇA SOCIAL FEMININA, COM AS SEGUINTESSPECIFICAÇÕES:**

a) calça social feminina, estilo alfaiataria, adequada ao uso institucional.

b) confeccionada em tecido plano, com composição aproximada de 95% poliéster e 5% elastano, admitida variação de até  $\pm 5\%$ , com gramatura aproximada de 365 g/m<sup>2</sup>, largura aproximada de 150 cm, em cores escuras definidas pela Administração;

c) modelo reto, sem pregas, com fechamento frontal composto por:

c.1) cós com sistema de fechamento com 02 (dois) botões, incluindo extensão interna de segurança, com caseado embutido com 02 (dois) botões, tamanho de 1,2 a 1,5 cm de diâmetro na cor do tecido;

c.2) com 2 (dois) bolsos dianteiros tipo faca, zíper comum com 12 a 18 cm, de nylon fino comum, com braguilha;

d) cós com altura aproximada entre 6 cm e 7 cm, contendo 05 (cinco) ou mais passantes de 1 cm do próprio tecido entretelado, com largura compatível com o uso de cinto social;

e) parte traseira com 02 (duas) pences, proporcionando melhor ajuste ao corpo.

f) acabamento interno das partes sujeitas a desfiamento realizado por costura tipo overlock ou técnica equivalente, assegurando resistência e durabilidade;



g) etiquetas de identificação do tecido, forro (quando aplicável), confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem, em conformidade com as normas e regulamentos do INMETRO.

**Observação: as cores serão definidas pelo STF, as quais poderão ser cinza escuro, azul marinho ou preta.**



8

Un

67

452659

**CAMISA SOCIAL FEMININA LONGA, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES:**

a) confeccionada em tecido plano, com composição aproximada de 98% algodão e 2% elastano, admitida variação de até  $\pm 5\%$ , com gramatura mínima de 118 g/m<sup>2</sup>, com tecido fio 60 ou superior, que assegure opacidade adequada, conforto térmico e durabilidade, evitando transparência excessiva;

b) estilo social, manga longa, em cores de tons sóbrios, a serem definidas pela Administração, sem bolso frontal;

c) colarinho social sem botões, com barbatana fixa na ponta e estruturado com entretela em toda a sua extensão, confeccionado de modo a manter a forma e resistência ao uso, na mesma cor do tecido;

d) punhos abertos, estruturados com entretela em toda a sua extensão, com abotoamento por 02 (dois) botões na vertical, garantindo ajuste e conforto;

e) pala traseira confeccionada em duas camadas (pala dupla);

253,39

16.977,13

f) abertura: frontal (para vestir ou desvestir), abotoamento por 9 (nove) botões TAM-18 ou equivalente, na cor branco ou transparente. Ademais, deve-se incluir 1 (um) botão reserva no tamanho 18;

g) fralda longa, recortada conforme as costuras laterais e totalmente embainhada, assegurando bom acabamento e resistência;

h) aviamentos (botões, linhas e demais componentes) confeccionados em material resistente, compatíveis com a cor do tecido.

i) etiquetas de composição têxtil e instruções de lavagem, em conformidade com as normas e regulamentos do INMETRO.

**Observação: as cores serão definidas pelo STF, as quais poderão ser branca, cinza clara ou azul clara.**



				<p><b>MEIA CALÇA FEMININA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) confeccionada em seda chanel ou similar, com composição aproximada de 95% a 96% poliéster e 4% a 5% elastano, admitida variação técnica compatível, em cor a ser definida pela Administração, garantindo conforto, elasticidade e adequada apresentação;</p> <p>b) modelo feminino tipo meia-calça, com alças tipo regata, medindo aproximadamente 4 cm a 5 cm de largura, proporcionando sustentação e conforto durante o uso;</p> <p>c) decote em formato quadrado, compatível com o modelo social da peça;</p> <p>d) etiqueta de marca e etiquetas de identificação, contendo informações sobre composição do tecido, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem, em conformidade com as normas e regulamentos do INMETRO.</p>	51,77	3.468,59
9	Un	67	446320			
10	Par	34	614130	<p><b>SAPATO SOCIAL FEMININO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) calçado feminino tipo scarpin, de uso social, com características de conforto e bem-estar, adequado para uso prolongado em ambiente institucional;</p> <p>b) cabedal confeccionado em 100% couro legítimo, na cor preta, com acabamento liso ou equivalente, compatível com padrão social;</p> <p>c) bico arredondado, proporcionando conforto e adequada apresentação estética.</p> <p>d) salto tipo bloco, com altura aproximada entre 5 cm e 6 cm, garantindo estabilidade, conforto e segurança durante o uso.</p> <p>e) palmilha e/ou forro interno com tratamento antibacteriano ou tecnologia equivalente, que contribua para conforto, redução de odores e higiene durante o uso contínuo;</p> <p>f) o calçado deverá apresentar qualidade compatível com uso institucional, boa resistência dos materiais, estabilidade estrutural e acabamento adequado.</p> <p><b>Modelos de Referência:</b> Usaflex, Anacapri, Beira Rio ou de qualidades superiores.</p>	311,01	10.574,34



11	Un	34	246671	<p><b>CINTO SOCIAL FEMININO, COM AS SEGUINTE</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÕES:</b></p> <p>a) confeccionado em 100% couro legítimo box preto ou material equivalente, com acabamento liso, na cor preta, adequado ao uso social e institucional;</p> <p>b) largura aproximada de 3,5 cm, admitida variação técnica compatível com o modelo, contendo 6 (seis) furos para ajuste adequado ao usuário;</p> <p>c) cor: preta;</p> <p>d) fivela confeccionada em material metálico resistente, com acabamento fosco ou escovado, em tonalidade grafite ou equivalente, dotada de sistema regulável, admitindo mecanismo giratório ou solução técnica equivalente;</p> <p>e) acabamento de qualidade compatível com uso institucional, com atenção especial à regularidade da costura, resistência do couro e durabilidade do conjunto;</p> <p>f) o fornecedor deverá comprovar adoção de práticas de conformidade social e produtiva na cadeia de fornecimento, admitindo-se certificação reconhecida no setor, como a ABVTEX, ou outra certificação equivalente;</p> <p>g) etiquetagem de composição, origem e instruções de conservação, conforme normas e regulamentos do INMETRO.</p>	128,52	4.369,68

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O GRUPO 2										75.071,82
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA A LICITAÇÃO										677.860,37

#### ***Justificativa para o Agrupamento***

*A regra geral nas contratações públicas é a adoção do critério de julgamento por item, como forma de ampliar a competitividade, fomentar a participação de um maior número de licitantes e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como com o princípio da livre iniciativa insculpido no art. 1º, inciso IV, da Constituição Federal. Nessa linha, orienta a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União que a adjudicação por item deve ser privilegiada sempre que não houver prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala.*

*Todavia, a própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite, de forma excepcional e devidamente motivada, o agrupamento de itens em lote, desde que demonstradas razões de ordem técnica e econômica que evidenciem a vantajosidade da medida e a ausência de restrição indevida à competitividade.*

*No caso concreto, optou-se pelo agrupamento dos itens em razão de fatores que recomendam tal modelagem. Primeiramente, verifica-se que determinados itens possuem baixo valor unitário, o que pode desestimular a participação de fornecedores caso sejam licitados isoladamente, elevando o risco de ocorrência de itens desertos ou fracassados.*

*Além disso, os itens agrupados apresentam natureza complementar e são usualmente fornecidos por empresas que atuam no mesmo segmento de mercado, o que indica que o agrupamento não restringe o universo de potenciais licitantes, tampouco compromete a competitividade do certame.*

*Sob a ótica econômica, o agrupamento tende a gerar ganhos de escala e maior atratividade para os fornecedores, possibilitando a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração. A centralização do fornecimento em um único contratado, por lote, também contribui para a racionalização da gestão contratual, reduzindo custos administrativos relacionados à fiscalização e à execução contratual.*

*Dessa forma, conclui-se que o agrupamento dos itens, no presente caso, atende ao interesse público, por promover maior eficiência, economicidade e viabilidade da contratação, sem prejuízo à competitividade, estando em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.*

*O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria 207/2021, da Presidência do STF.*

*Os bens a serem adquiridos na presente contratação enquadram-se na definição de bens comuns, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.*

### **1. CONDIÇÕES GERAIS**

1.1. Os quantitativos previstos são máximos anuais, permitindo a emissão de ordens de fornecimento para itens unitários, conforme a necessidade do **CONTRATANTE**.

### **2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

2.1.1. Os objetos indicados no termo deverão ser entregues, em perfeito estado e em plenas condições de uso, de acordo com as especificações.

2.1.2. Os bens deverão, preferencialmente, ser acondicionados em embalagens que utilizem materiais recicláveis ou reciclados, com redução do volume de embalagens, de modo a minimizar a geração de resíduos sólidos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com os princípios da prevenção e do desenvolvimento sustentável.

### **3. PRAZOS, LOCAL E HORÁRIO**

3.1. O prazo de entrega de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho/pedido de fornecimento.

3.2. Os bens deverão ser entregues em dias úteis, das 12h às 18h, com prévia comunicação, no Gabinete da Secretaria de Polícia Judicial - SPJ - localizada no Anexo II -B - Igrejinha - Sala D-205, na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP: 70.175-900, Fone: (61) 3217-7994, E-mail: [gatec@stf.jus.br](mailto:gatec@stf.jus.br).

**4. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 4.1. O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo.
- 4.2. Durante o período da garantia, a empresa **CONTRATADA** obriga-se a efetuar, sem ônus para o STF, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.
- 4.3. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 4.4. A garantia legal ou a garantia do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**5. SUBCONTRATAÇÃO**

- 5.1 Não será admitida a subcontratação.

**ANEXO II DO EDITAL – MODELO**

**A) PROPOSTA DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico n. 90008/2026.

GRUPO	ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1			...	(numeral)	(numeral)
	2			...	(numeral)	(numeral)
	3			...	(numeral)	(numeral)
	4			...	(numeral)	(numeral)
	5			...	(numeral)	(numeral)
	6			...	(numeral)	(numeral)
VALOR TOTAL PARA O GRUPO 1						
2	7			...	(numeral)	(numeral)

	8			...	(numeral)	(numeral)
	9			...	(numeral)	(numeral)
	10			...	(numeral)	(numeral)
	11			...	(numeral)	(numeral)
<b>VALOR TOTAL PARA O GRUPO 2</b>						
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)</b>						(numeral)

## B) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

\_\_\_\_\_ (nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, para os fins de habilitação do Pregão Eletrônico nº 90008/2026 **DECLARA** expressamente que:

a) atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, na Resolução 826/2024 (Política de Sustentabilidade do STF) e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União;

b) contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, Critérios e práticas de sustentabilidade e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 7 edição, revista, atualizada, ampliada – Outubro/2024.

## C) DADOS PARA PREENCHIMENTO DO CONTRATO

1. Razão Social da empresa (conforme CNPJ):

.....

2. Endereço-sede da empresa e CEP:

.....

3. CNPJ: .....

4. Contatos (telefone, e-mail):

.....

5. Dados do(a) Sócio(a) / Procurador(a) habilitado a celebrar contratos pela empresa (se Procurador(a) juntar instrumento de Procuração atualizado) (Juntar cópia(s) do RG / CPF):



Nome (completo): .....  
RG:..... CPF:.....

Nome (completo): .....  
RG:..... CPF:.....

ANEXO III DO EDITAL – CONTRATO

CONTRATO N.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE UNIFORMES SOCIAIS DA POLÍCIA JUDICIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA ..... (Pregão Eletrônico n. 90008/2026 - Processo Administrativo Eletrônico n. 014684/2025)

A UNIÃO, por intermédio do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu ....., Senhor. ...., no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., com sede no ....., CNPJ ....., telefone ....., neste ato representada por seu ....., Senhor. ...., doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, com fundamento na Lei n. 14.133/2021, observando-se as normas constantes na Lei Complementar n. 123/2006 (retirar caso a Lei Complementar 123 não se tenha se aplicado no processo licitatório), o contido no **Processo Administrativo Eletrônico n. 014684/2025** e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente é a aquisição, sob demanda, de uniformes sociais da Polícia Judicial, observados o Termo de Referência (Anexo II deste Contrato) e a proposta da CONTRATADA (Anexo I deste Contrato), os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DA FORMA DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA – O fornecimento do objeto do presente instrumento será sob demanda, em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro - Para fins de gestão financeira, o saldo do Contrato será por valor global, mantendo-se o valor unitário de cada item.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) designar gestor para acompanhamento e fiscal para fiscalização deste Contrato;

b) promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

d) permitir, durante a vigência deste Contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** ao local de fornecimento dos bens, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do **CONTRATANTE**;

e) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto;

f) efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste ajuste.

#### **CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:**

a) entregar o objeto contratado conforme condições e prazos estabelecidos no item 6 do Termo de Referência (Anexo II deste Contrato);

b) prestar garantia do objeto contra defeitos de fabricação conforme condições e prazos estabelecidos no item 7 do Termo de Referência (Anexo II deste Contrato);

c) entregar o objeto contratado, observando as condições estipuladas no Termo de Referência, na proposta, neste Contrato e na nota de empenho;

d) comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto;

e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Contrato;

f) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação no fornecimento do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;

g) manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

h) indicar formalmente preposto visando estabelecer contatos com o gestor deste Contrato;

i) observar as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência; e

j) ter ciência de que é vedada a reprodução, a divulgação ou a utilização de quaisquer informações de que a **CONTRATADA** tenha tomado ciência em razão da execução do objeto, sem o consentimento, por escrito, do **CONTRATANTE**.

#### **DO VALOR**

**CLÁUSULA QUINTA** – O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), observado o Anexo I deste Contrato.

#### **DO RECEBIMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA** – O objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no Gabinete da Secretaria de Polícia Judicial - SPJ - localizada no Anexo II -B - Igrejinha - Sala D-205, na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- b) definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo Gabinete da Secretaria de Polícia Judicial - SPJ, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**Parágrafo primeiro** – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**Parágrafo segundo** – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**Parágrafo terceiro** – O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

**DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro** – A **CONTRATADA** poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo** – A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, na nota de empenho, no Contrato ou caso observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto na Cláusula Sétima será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**Parágrafo terceiro** – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**Parágrafo quarto** – O Supremo Tribunal Federal disponibiliza na internet informações sobre pagamentos realizados e tributos recolhidos de seus fornecedores. Acesse [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br), clique em (Transparência), depois em (Gestão Orçamentária) e selecionar: <[Dados Diários de Despesas](#)>. O usuário precisa informar o número do CNPJ e saber o número do documento fiscal, para acessar essas informações.

**DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**CLÁUSULA OITAVA** – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA NONA**– O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos.

**DO REAJUSTE**

**CLÁUSULA DEZ** – Os preços contratados poderão ser reajustados, após solicitação da **CONTRATADA**, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

**Parágrafo primeiro** – Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas nesta Cláusula.

**Parágrafo segundo** – O reajuste deverá ser solicitado antes do término da atual vigência deste Contrato, sob pena de preclusão.

**DAS SANÇÕES**

**CLÁUSULA ONZE** – As sanções previstas na Lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando-se a proporcionalidade, reincidência e impacto institucional:

- a) advertência formal (art. 156, I);
- b) multa (art. 156, II), calculada sobre o valor do item em atraso, do item rejeitado ou, quando cabível, sobre o valor total do contrato, conforme a natureza da infração e nos termos estabelecidos no instrumento convocatório;
- c) impedimento de licitar ou contratar (art. 156, III), por até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, IV), de 3 (três) a 6 (seis) anos.

**Parágrafo primeiro** - Para o cálculo das multas serão considerados o risco institucional, o impacto do evento e a reincidência, conforme as definições apresentadas na seção de Critérios Medição:

Item	Infração	Base de cálculo
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato	Valor do item em atraso ou do item rejeitado
2	Dar causa à inexecução total do contrato	Valor do Contrato
3	Não entregar a documentação exigida pelo STF	Valor do Contrato

Item	Infração	Base de cálculo
4	Descumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental e social	Valor do Contrato
5	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado	Valor do item em atraso ou do item rejeitado
6	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Valor do Contrato
7	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013	Valor do Contrato

A fórmula de cálculo da multa para a fixação do percentual:

$$Multa (\%) = [(RI + I) * R] * 2,5$$

Onde:

RI (Risco Institucional)	I (Impacto do Evento)	R (Reincidência)
1 = Ausente	1 = Baixo impacto	1 = Primeira ocorrência
2 = Presente	2 = Médio impacto	1,5 = Segunda ocorrência
	3 = Alto impacto	2 = Reincidência sistemática

**Parágrafo segundo** – Em relação às sanções restritiva de direitos, a **CONTRATADA** estará sujeita à seguinte dosimetria:

Classificação da infração	Descrição	Sanção	Possibilidade de sanções cumulativas
Moderadamente grave	Reincidência em descumprimentos relevantes, com prejuízo contratual e recusa em firmar TAC.	Impedimento de até 1 ano	Multa

Grave	Recusa da assinatura do contrato. Inexecução contratual com impacto institucional relevante; omissão culposa; falhas críticas em TAC.	Impedimento de 2 a 3 anos	Multa e rescisão contratual
Muito grave	Fraude, dolo, falsidade documental, obstrução à fiscalização ou ocultação deliberada de falhas	Inidoneidade de 3 a 6 anos	Multa, rescisão e responsabilização da Lei 12.846/2013
Gravíssimo (com má-fé institucional)	Ameaça à continuidade de serviço essencial ou tentativa de burla ao contrato.	Inidoneidade de 3 a 6 anos	Multa, rescisão e responsabilização da Lei 12.846/2013

**Parágrafo terceiro-** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao STF.

**Parágrafo quarto** - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Parágrafo quinto** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**Parágrafo sexto** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo STF à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo sétimo** - A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo oitavo** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo nono** - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente, com aviso de recebimento e comprovante de abertura (R-mail), para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF e no sistema que o STF indicar formalmente. Os endereços de e-mail informados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**Parágrafo dez** - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) atenuantes: a colaboração com a apuração, confissão espontânea, correção imediata, ausência de prejuízo concreto;
- b) agravantes: reincidência sistemática, má-fé comprovada, dolo direto, dano à imagem institucional;
- c) natureza e a gravidade da infração cometida;
- d) peculiaridades do caso concreto; e
- e) implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo onze** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei 12.846/2013

**Parágrafo doze** - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo treze** - O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. Em paralelo as sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo quatorze** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo quinze** - Os débitos da **CONTRATADA** para com o STF, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o STF. A ausência de quitação no prazo assinado pelo STF implicará a imediata inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**CLÁUSULA DOZE** – A despesa decorrente da contratação correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.061.0033.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal, Natureza da Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo., consignado ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. ...., datada do dia \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

DA RESCISÃO

**CLÁUSULA TREZE** – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, conforme as hipóteses previstas nos incisos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021, mediante notificação, com prova de recebimento.

**Parágrafo primeiro** – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação, desde que a execução deste Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

**Parágrafo segundo** – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 138, I, da Lei n. 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 139 da mesma Lei.

**Parágrafo terceiro** – Por acordo, entre as partes, é reconhecido o direito de rescisão amigável, nos termos do art. 138, II, da Lei n. 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, a disposição do parágrafo primeiro do mesmo artigo.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA QUATORZE** – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei n. 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

DO ACOMPANHAMENTO

**CLÁUSULA QUINZE** – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar o acompanhamento e um fiscal titular e um substituto para executar a fiscalização deste Contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.



**CLÁUSULA DEZESSEIS** – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DEZESSETE** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato, é competente o foro de Brasília-DF.

**DA PUBLICIDADE**

**CLÁUSULA DEZOITO** – A contratação em questão será divulgada no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP).

Brasília-DF.

**ANEXO I AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE UNIFORMES SOCIAIS DA POLÍCIA JUDICIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA .....** (Pregão Eletrônico n. 90008/2026 - Processo Administrativo Eletrônico n. 014684/2025)

**PROPOSTA DE PREÇOS (SEI)**

**ANEXO II AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE UNIFORMES SOCIAIS DA POLÍCIA JUDICIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA .....** (Pregão Eletrônico n. 90008/2026 - Processo Administrativo Eletrônico n. 014684/2025)

**TERMO DE REFERÊNCIA (3288428).**



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Quadrado De Moraes, ASSESSOR-CHEFE**, em 27/04/2026, às 19:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Kazuaki Fusissava, SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTRATAÇÕES**, em 04/05/2026, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3242029** e o código CRC **19C0B8ED**.